

IMPUNIDADE

Responsáveis pela morte de Cláudio Rotay continuam livres

11 anos depois, família lamenta que o suspeito de ser o autor intelectual do crime esteja solto

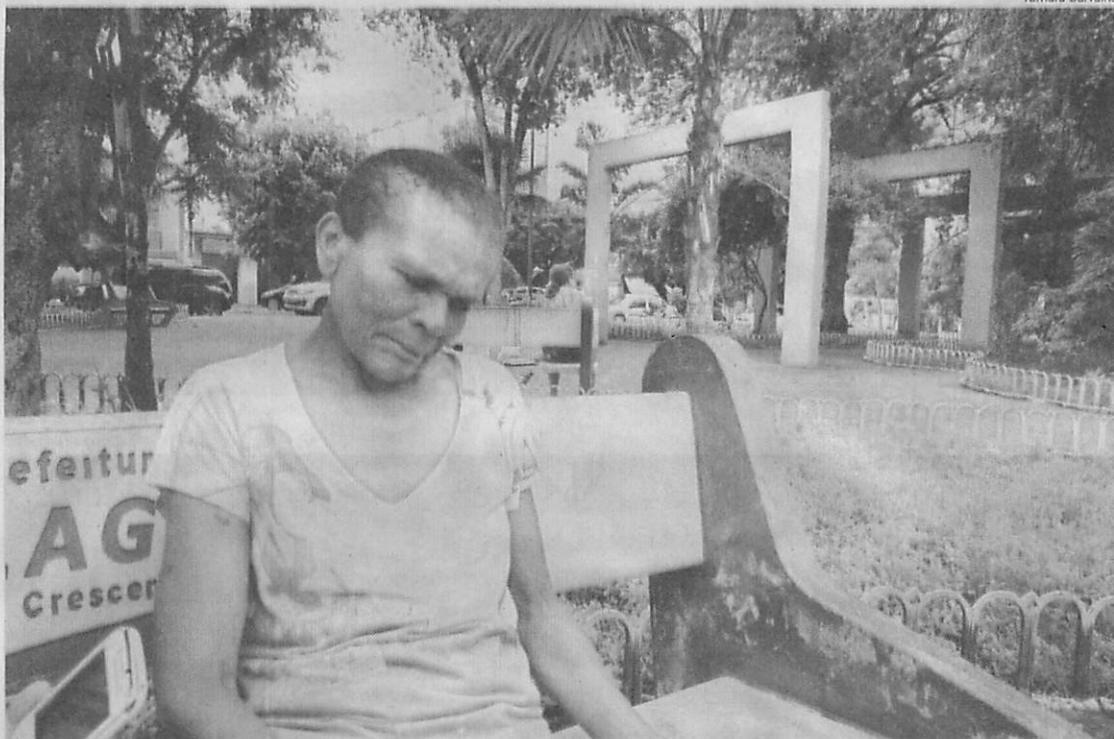
■ Exatos 11 anos se passaram desde o assassinato do radialista José Cláudio Bispo dos Santos, mais conhecido como Cláudio Rotay. Mas o principal suspeito do crime, o ex-prefeito de Tobias Barreto, Diógenes Almeida, continua recorrendo para evitar o júri popular.

Na semana passada, o filho e a mãe do radialista conversaram com a equipe do Cinform e falaram sobre a dor dupla, de ter perdido Cláudio e de não ver a condenação dos culpados. No dia 17 de junho, segunda-feira, completaram 11 anos do crime.

“Eu sofro muito. Sou pobre e não posso fazer nada, mas o meu coração de mãe, além da dor da saudade, ainda tem de saber que o culpado está solto, vivendo a vida dele. Tive de engolir isso a seco todos os dias, durante esses 11 anos”, desabafa Josefa Bispo dos Santos, mãe de Rotay.

Ela lembrou a briga do filho com o ex-prefeito e dono da rádio em que ele trabalhava na época, Diógenes Almeida, quando esse último disparou três tiros contra o radialista, que, por sua vez, revidou com um tiro que o acertou no braço.

Em lágrimas, Josefa, de 66 anos, conta que Cláudio era o filho que estava sempre ao lado dela e que ajudava no dia a dia.



Mãe de Rotay chora a falta do filho e lamenta a impunidade



Ele matou meu filho porque ele ia ser eleito deputado. Isso não se faz. Meu filho era bom para o povo e muita gente chorou a morte dele”

JOSEFA BISPO
mãe do radialista

Ela também diz que o filho morreu e deixou seis herdeiros, sendo que o caçula, Davi, ainda estava na barriga da mãe.

“Ele matou meu filho porque ele ia ser eleito deputado. Isso não se faz. Meu filho era bom para o povo e muita gente chorou a morte dele”, relata.

SEM PAI

A maior dor de Alan Alves, filho de Rotay, que tinha nove anos na época do crime, é que ele não pode crescer ao lado do pai, enquanto o suspeito tem o prazer de conviver com a família, sem nenhuma dor na consciência.

“Hoje eu sou um homem, mas na época eu era uma criança e precisava do meu pai. Ele fica pulando de recurso em recurso para não ir a júri popular, mas nós vamos continuar lutando para que ele seja condenado”, desabafa.

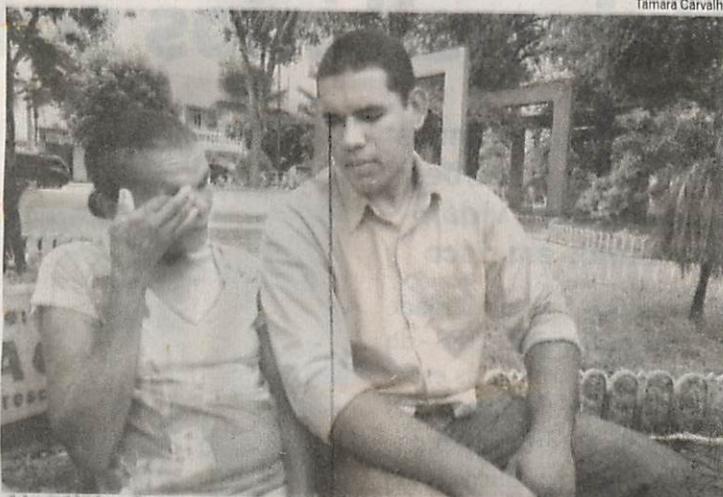
Na data em que completou 11 anos do crime, Alan, com os irmãos e os filhos do segurança que estava com Rotay, José Cosme, conhecido como Broco, que também foi assassinado, fizeram uma

convocação nas redes sociais para cobrar o julgamento do crime.

Na última quinta-feira, dia 20, eles fizeram uma manifestação nas ruas da cidade, pedindo por justiça. “O processo está parado desde 2011, mas nós não vamos desistir, vamos continuar lutando e nos manifestando até que a Justiça cumpra o papel dela de condenar quem me tirou o meu pai”, declara.

Alan Alves quer ver presos todos os responsáveis. Em um desabafo, desafia o suspeito. “Se ele é inocente, como se diz, por que ele não deixa a Justiça cumprir o papel dela e fazer o julgamento? Se ele tem provas, como diz, ele poderia ser julgado. Se for inocente, será inocentado”, questiona.

Tamara Carvalho



Alan tinha 9 anos na época; hoje, aos 20, ele briga por justiça

“**Se ele é inocente, como se diz, por que ele não deixa a Justiça cumprir o papel dela e fazer o julgamento? Se ele tem provas, como diz, ele poderia ser julgado. Se for inocente, será inocentado**”

ALAN ALVES
filho de Rotay

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público não duvida de que o ex-prefeito Diógenes Almeida vai a júri - mas, por enquanto, aguarda a decisão do Superior Tribunal da Justiça - STJ - em relação ao recurso do suspeito. Ele recorreu junto ao STJ, uma vez que o TJ, em Sergipe, recusou por maioria o pedido do magistrado de mudança da comarca para o julgamento do caso.

“O pedido de desaforamento foi feito com previsão de evitar a influência política de réus nesse caso, já que temos o nome de um ex-prefeito no processo. Estamos aguardando essa decisão. Mas assim que isso ocorrer ele vai a júri”, assegura o promotor da Justiça

da 1ª Promotoria de Tobias Barreto, Anderson Viana Souza.

O promotor prefere não emitir juízo de causa sobre o assunto, tendo em vista que está há pouco tempo na promotoria da cidade, mas avalia que se houve pronúncia do caso, é porque existe forte indício da participação do suspeito no crime.

“O MPE não iria buscar a condenação de uma pessoa que não tivesse ligação com o fato. Não tenho dúvida de que ele irá a júri popular, ainda que seja em outra comarca, mas ele vai ser julgado”, analisa Anderson.

Questionado sobre o tempo em que o caso está sendo protelado, Anderson analisa que a burocracia e os recursos previstos na lei estão fazendo com que o processo seja lento. No entanto, ele garante que o MPE está atento aos prazos e, principalmente, ao período da prescrição do caso.

“Vale lembrar que a data do caso começa a ser computada a partir da data em que o juiz emitiu a pronúncia, cuja prescrição está prevista para 20 anos”, esclarece Anderson.